

O futuro da democracia e o descrédito do Congresso

Quem imagina que as mordomias são um privilégio exclusivo do Executivo, por movimentar recursos vultuosos, por distribuir empregos em profusão e por deter o monopólio das concessões, autorizações, licenças e alvarás, está bastante enganado: desde a reabertura de seus trabalhos legislativos, no início da semana passada, os integrantes do Congresso Nacional mais uma vez voltaram a atuar apenas em causa própria. Apesar de imoral e irregular, eles decidiram manter a conhecida rotina de pagamento integral dos "jetons" aos parlamentares ausentes tanto das sessões em plenário quanto das reuniões das comissões técnicas.

O que mais chama atenção nesse procedimento escandaloso, todavia, não é o notório "fisiologismo" de nossos deputados e senadores, mas a maneira cínica e despudorada como foi tomada a decisão. Afinal, essa prática absurda de se premiar os políticos omisso e de se perverter os próprios mecanismos institucionais de representação popular, justificada pela maioria absoluta da classe parlamentar independentemente de suas eventuais divergências ideológicas, fora denunciada pela imprensa, e o presidente do Senado federal, em entrevista coletiva, havia prometido liquidá-la.

Como ocorreu logo após sua posse, em fevereiro, seu empenho foi só retórico — simples encenação perante a opinião pública. Naquela ocasião, também em entrevista coletiva transmitida a todo o País pela televisão, o senador José Fragelli manifestou sua intenção de apurar o escândalo das nomeações ilegais promovidas por seu antecessor, passando, em seguida, a contemporizar. Com o tempo, suas palavras terminaram sendo esquecidas e o fantástico trem da alegria do senador Moacir Dalla pôde chegar sem grandes transtornos ao seu destino final, promovendo a felicidade dos filhos, parentes e apadrinhados de seus pares.

Desta vez, movido novamente pelo mesmo *esprit de corps* que tem alimentado o sentimento de impunidade e estimulado a venalidade no âmbito de nossas casas legislativas, o presidente do Senado não conseguiu sustentar sua promessa por mais de um dia, aceitando candidamente o desejo de seus colegas de receber os "jetons" integrais independentemente de suas obrigações. Apenas uma única voz discordante, a do senador alagoano Luís Cavalcanti, fez-se ouvir em todo o Plenário, onde se encontravam apenas 35 parlamentares. Um novo regime, disse ele, exige novos costumes. Resposta do senador José Fragelli: num ano eleitoral, o não-pagamento dos "jetons" aos ausentes seria uma medida "um pouco agressiva".

Ora, por mais absurdo que seja, esse argumento ilustra bem o tipo de hipocrisia que hoje caracteriza nossa vida política e partidária. Entre os candidatos a prefeito nas capitais há, até o momento, pelo menos dois senadores: Fernando Henrique Cardoso, em São Paulo, e Roberto Saturnino, no Rio de Janeiro. Ambos pertencem a partidos tidos como progressistas, e são conhecidos por suas ideologias socializantes e por suas monocrônicas pregações em favor de uma completa revisão de nossas estruturas sócio-econômicas capitalistas. A partir de agora, graças à mordomia do Senado, os dois poderão continuar, com sua retórica de sempre, defendendo junto ao eleitorado exatamente aquilo que não fazem na prática: respeitar o contribuinte e dignificar seus respectivos mandatos.

A essa altura, portanto, apesar dos ventos liberalizantes da Nova República, está explicado por que os brasileiros se acostumaram a desprezar nossos parlamentares, associando-os quase sempre ao exercício de negócios ilícitos e ao tráfico de influência. Não é por simples coincidência que a decisão do Senado de beneficiar a si próprio ocorreu no mesmo dia em que uma firma especializada em avaliação de opinião pública divulgou os resultados de uma pesquisa efetuada em São Paulo, revelando que os entrevistados identificam o detentor de um mandato popular como "demagogo", "picareta", "ladrao", "falador", etc. A própria imagem de nossos órgãos parlamentares também não saiu ilesa, na medida em que as pessoas ouvidas os vincularam a locais de "muito palavrório" e "pouca ação".

A classe parlamentar certamente responderá a essas inquietantes e significativas associações e identificações alegando que os brasileiros não têm uma tradição de cultura política. De certo modo isso é verdade, em virtude da enorme deficiência de nossos sistemas de ensino, mas ninguém pode deixar de reconhecer a sensatez e a moderação de nosso eleitorado. Além do mais, desde a consolidação da abertura, tornou-se comum no noticiário político dos nossos jornais um suceder de denúncias e escândalos. A Assembléia Legislativa de São Paulo, por exemplo, está nas manchetes dos jornais desta semana porque um de seus integrantes teria andado nu pelos seus corredores. A Assembléia Legislativa da Bahia esteve na manchete das últimas semanas depois que a hoje conhecida dona Carmem, mulher do presidente da entidade, tornou-se uma das principais fontes de empreguismo no Estado. E a Assembléia Legislativa de Alagoas juntamente com a Câmara Municipal de São Paulo passaram todo o primeiro semestre deste ano merecendo grande destaque de nossa imprensa, em razão da descoberta do fenômeno dos marajás — funcionários com vencimentos superiores a cem salários mínimos.

Neste momento em que o País caminha para uma Constituinte, e em que a Nova República exige um Legislativo à altura para consolidar a democracia brasileira, é triste verificar como nossos deputados e senadores têm pouco a contribuir para nosso desenvolvimento político. Em vez de defender os interesses da Nação, quase todos defendem seus interesses pessoais — salários, viagens, mordomias, etc. Por isso é preciso cuidado para não se deixar seduzir pela pregação retórica em favor do estabelecimento de novas prerrogativas para nossos órgãos legislativos. É necessário, antes, saber se eles estarão dispostos a valer-se dessas prerrogativas para conter os abusos do Executivo e para executar a vontade política do eleitorado, ou se as utilizarão como instrumentos de pressão e chantagem para obter dos dirigentes uma série interminável de benefícios pessoais. No caso da votação do orçamento federal para o próximo ano, por exemplo, que será uma peça única, já que o governo decidiu fundir os orçamentos monetário, fiscal e das estatais, que segurança nos dá o atual Congresso de que votará de maneira isenta?

A construção de instituições políticas sólidas e legítimas é um processo lento, tenso e difícil, processo esse muitas vezes pervertido justamente por aqueles que, eleitos pelo voto direto, receberam delegação popular para executar uma vontade política. Felizmente, como revelam as pesquisas de opinião pública, a descrença dos brasileiros em seus parlamentares e em suas casas legislativas não é sinônimo de ceticismo quanto ao futuro de nossa democracia. Conscientes dos desafios inerentes à consolidação da Nova República, tudo indica que o eleitorado não hesitará em promover uma ampla renovação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal em novembro do próximo ano.